

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA CCF BRASIL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A.

Pelo presente instrumento, de um lado, como EMISSORA, doravante assim designada CCF BRASIL LEASING A.M. S/A, com sede em Alphaville, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Al. Rio Negro, 433 - 2º andar - sala 02, inscrita no Cadastro Geral dos Contribuintes sob o nº 34.262.972/0001-76, neste ato representada na forma do seus Estatutos Sociais, e, de outro, como AGENTE FIDUCIÁRIO, doravante designado, nomeado nesta escritura, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das DEBÊNTURES objeto da presente emissão, a APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua do Tesouro, 47 - 3º andar, inscrita no CGC nº 62.090.873/0001-90, vêm, pelo presente e da melhor forma de direito, celebrar o Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, o qual será regulado pelas cláusulas e condições seguintes :

I - DA AUTORIZAÇÃO

I.1 - As DEBÊNTURES nominativas, não endossáveis e não conversíveis em ações, objeto deste instrumento (doravante designadas simplesmente "DEBÊNTURES"), serão emitidas a partir de deliberação específica nesse sentido havida na Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 29 de abril de 1996.

II - DOS REQUISITOS

A emissão de DEBÊNTURES será feita com observância dos seguintes requisitos :

II.1- REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A segunda emissão de DEBÊNTURES da EMISSORA, será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1976, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais regulamentares pertinentes.

II.2- ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA

SECRETARIA DAS REUNIÕES DO BOQUEIRÃO
CURITIBA (UE) PARANÁ
A presente fotocópia é reprodução autêntica do original, dou fé.

Curitiba 13 OUT 2003

- ☒ Waldomiro Baptista Neto - Notário
- ☒ Milton Sene Baptista
- ☒ Irene Flores Borges
- ☒ Vera Maria Sene Baptista
- ☒ Hilda Sene
- ☒ Leysner Taciana Fronza
- ☒ Evanilda Neves de Souza
- ☒ Debora Ester Feola

Certifico que a presente escritura foi lida e explicada aos presentes e todos concordaram com o teor dela.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten mark]

As Atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração que deliberaram sobre a emissão de DEBÊNTURES serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo

II.3 - REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

Esta escritura de 2ª emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

III - DA EMISSÃO

Na emissão das DEBÊNTURES serão observadas as seguintes condições e características :

III.1 - COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO

O lançamento será público, com a intermediação de instituição(ões) financeira(s), para negociação no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

III.2 - QUANTIDADE E VALOR NOMINAL

A emissão será de 200.000 (duzentas mil) DEBÊNTURES com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

III.3 - VALOR DA EMISSÃO

Em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, o limite de emissão foi fixado pela Assembléia Geral Extraordinária de 29 de abril de 1996, como sendo o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), remunerados na forma da cláusula III.11.

III.4 - SÉRIES

A emissão será realizada em uma única série.

III.5 - NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de DEBÊNTURES - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANIMA, e operacionalizada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 52/88.

Curitiba 13 OUT 2003

- ☐ Valdomiro Baptista Neto - Notário
- ☐ Milton Sene Baptista
- ☐ Irene Flores Borges
- ☐ Vera Maria Sene Baptista
- ☐ Helda Sene
- ☐ Leysner Taciana Franza
- ☐ Evânilda Neves de Souza
- ☐ Debora Ester Feola

III.6 - FORMA

As DEBÊNTURES serão emitidas sob a forma nominativa, não endossáveis e não conversíveis em ações.

III.7 - ESPÉCIE

As DEBÊNTURES serão subordinadas aos demais credores, em caso de liquidação da EMISSORA.

III.8 - DATA DE EMISSÃO

A data de emissão será o dia 03 de maio de 1996.

III.9 - DATA DE VENCIMENTO

As DEBÊNTURES terão data de vencimento indeterminado, ressalvadas, todavia, as disposições contidas no item III.12, adiante, e as hipóteses de vencimento antecipado, nos termos do item III.19, deste instrumento.

III.10 - PREÇO DA SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

As DEBÊNTURES serão subscritas pelo seu valor unitário, acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, se houver, calculados desde a data de emissão até a data da integralização e, abatidas das amortizações, se houver. A integralização será à vista, no ato da subscrição.

III.11 - BASE DE REMUNERAÇÃO, JUROS REMUNERATÓRIOS E PRÊMIO

As DEBÊNTURES terão o valor nominal acrescido da variação das taxas divulgadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID, para Certificados de Depósito Bancário (CDB's) pré-fixados, de prazos mais negociados, a partir da data da emissão.

- A apuração do montante das obrigações se dará pela capitalização das taxas ANBID, base 360 dias, respeitando-se os prazos definidos para cada taxa divulgada. Consequentemente a taxa ANBID para o novo período será aquela divulgada na data de término do período de vigência da taxa de juros anterior.
- Na eventualidade da taxa ANBID não ser divulgada, por quaisquer motivos, adotar-se-á, então, para o mesmo fim e efeito, aquela apurada para o mais próximo dos seguintes dias, nessa ordem de preferência para o dia de apuração: (a) O dia útil imediatamente posterior ao dia sem divulgação, limitado o avanço até o quarto dia útil posterior ao período de flutuação; (b) O dia útil imediatamente anterior ao dia sem divulgação, limitado o retrocesso até o quarto dia útil anterior ao período de flutuação.

Curitiba 13 OUT 2003

- ☐ Waldemiro Baptista Neto - Notário
- ☐ Milton Sene Baptista
- ☐ Irene Flor da Borges
- ☐ Vera Maria Sene Baptista
- ☐ Hilda Sene
- ☐ Leyandy Fabiana Frenza
- ☐ Evânildo Nogueira de Sousa
- ☐ Debora Ester Faria

- O montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias (ou seja, cujo vencimento não ocorra no final do prazo de vigência de uma das taxas de juros praticadas), será apurado mediante a aplicação do critério de variação "pro-rata-temporis", por dias corridos.
- Na hipótese da extinção da taxa ANBID, ou, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, esta não puder ser utilizada nas emissões de DEBÊNTURES, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, as novas regras ou alterações nos critérios de aplicação serão automaticamente aplicáveis à emissão que ora se trata.
- A primeira repactuação se dará em 03.05.1999.
- As DEBÊNTURES não farão jus a recebimento de prêmio durante o período de 03/05/1996 a 03/05/1999. Na data da primeira repactuação, em 03/05/1999, a EMISSORA definirá o pagamento ou não de prêmio.

III.12 - AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA (Opção de Venda dos Debenturistas)

Na data de repactuação, a Emissora se obriga a adquirir dos debenturistas que não aceitarem as condições que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, para o(s) período(s) subsequente(s) ao primeiro, as DEBÊNTURES de que forem titulares, pelo seu valor nominal acrescido dos correspondentes direitos remuneratórios. O Conselho de Administração se reunirá com antecedência mínima de 15 (quinze dias) do vencimento de cada data de repactuação, para determinar a data da próxima aquisição obrigatória, a base de remuneração e o critério de juros e prêmio, se houver. As deliberações do Conselho de Administração, para o fim aqui previsto, serão publicadas em jornal de grande circulação por 2 (dois) dias consecutivos, sendo a última publicação no 8º (oitavo) dia útil imediatamente anterior ao dia da referida aquisição obrigatória. A manifestação da venda por parte dos debenturistas deverá ser exercida, por escrito, na sede ou em uma das agências do Banco CCF Brasil S/A que presta serviços aos debenturistas, ou junto à CETIP, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior à data estipulada para a respectiva aquisição obrigatória.

III.13 - JUROS MORATÓRIOS:

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso da EMISSORA, sem prejuízo da remuneração devida às DEBÊNTURES, ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

III.13.1 - Decadência do Direito dos Acrescimentos. Sem prejuízo ao disposto no item "III.13", o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas

SERVENTIA DISTRITAL
DO BOQUEIRÃO

CURITIBA, 13 OUT 2003

- ☐ Waldomiro Baptista Neto - Notário
- ☐ Milton Sene Baptista
- ☐ Irone Flores Borges
- ☐ Vera Maria Sene Baptista
- ☐ Hilda Sene
- ☐ Leysa Fátima Frenza
- ☐ Evanilda Neves de Souza
- ☐ Debora Ester Paeta

datas previstas neste instrumento, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo recebimento.

III.14 - RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:

III.14.1 - A EMISSORA reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das DEBÊNTURES em circulação mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal não amortizado, acrescido da base de remuneração, dos juros e prêmios devidos na data de resgate.

III.14.2 - Em tais circunstâncias, a EMISSORA deverá publicar aviso prévio aos debenturistas comunicando sua decisão, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo que, nesta última hipótese, ele se procederá mediante sorteio.

III.15 - AQUISIÇÃO FACULTATIVA:

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir DEBÊNTURES em circulação, por preço não superior ao saldo do valor nominal não amortizado, acrescido da base de remuneração, na forma do disposto no parágrafo 2º do Artigo 55 da Lei nº 6.404/76. Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as DEBÊNTURES serão atribuídos, pela EMISSORA, aos titulares das mesmas.

III.16 - LOCAL DE PAGAMENTO:

Os pagamentos referentes às DEBÊNTURES, objeto desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema.

III.17 - PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:

Considerar-se-á prorrogado automaticamente até o primeiro dia útil subsequente, o prazo para cumprimento de qualquer obrigação oriunda das DEBÊNTURES cujo vencimento coincida em data em que não haja expediente bancário, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos.

III.18 - PUBLICIDADE:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação.

SERVENTIA DISTRITAL
DO BOQUEIRÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do original, conforme autenticado por este Tabelião.

Curitiba, 13 OUT 2003

- ☐ Waldomiro Baptista Neto - Notário
- ☐ Milton Sene Baptista
- ☐ Irene Florina Borges
- ☐ Vera Maria Sene Baptista
- ☐ Hulda Sene
- ☐ Leysner Tacianna Fronza
- ☐ Evanilda Neves de Souza
- ☐ Debora Elvira Neola

O selo de
autenticidade foi afixado
na parte de trás do docu-
mento.

III.19 - VENCIMENTO ANTECIPADO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO, mediante carta protocolada, poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da presente emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal das DEBÊNTURES em circulação, acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, calculados exponencialmente por dias decorridos, deduzidas as amortizações ocorridas, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos :

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) decretação de liquidação da EMISSORA;
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação relevante decorrente desta emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA decorrentes da emissão.

III.20 - BANCO MANDATÁRIO:

A EMISSORA realizará o pagamento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes das DEBÊNTURES, através do BANCO CCF BRASIL S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Jorge Coelho, nº 16, 1º, 2º, 3º e 4º andares.

IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a :

IV.1 - Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO :

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta dias) após o término do seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos a esse semestre social;
- b) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos a esse exercício social;
- c) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;
- d) as informações de que tratam os artigos 16 e 17, da Instrução CVM nº 60/87, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 73/87, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM.

Curitiba 13 OUT 2003

- ☒ Waldomiro Baptista Neto - Notário
- ☒ Milton Sene Baptista
- ☒ Irene Flores Borges
- ☒ Vera Maria Sene Baptista
- ☒ Hulda Sene
- ☒ Leysser Taciana França
- ☒ Evanilde Neves de Souza
- ☒ Debora Ester Feola

Assinado em 13 de Outubro de 2003 no 1º andar do 1º andar da parte

IV.2 - Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros, principal e/ou prêmio, se houver, das DEBÊNTURES objeto desta escritura.

IV.3 - Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

IV.4 - Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no Artigo 176 da Lei 6.404/76.

IV.5 - Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, visando assegurar o eficiente tratamento aos portadores das DEBÊNTURES, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar serviços dessa natureza.

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

V.1- O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura declara :

- a) aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres previstos na legislação específica e nesta escritura;
- b) aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- c) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

V.2 - Pelo exercício das funções que ora lhe são atribuídas, o AGENTE FIDUCIÁRIO, receberá da EMISSORA remuneração de acordo com os itens a seguir mencionados :

- a) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por ano, antecipados, vencíveis a primeira na data de emissão da escritura, e as demais no mesmos dias e meses dos anos subsequentes;
- b) Essas parcelas serão reajustadas pela variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor em real), ou na falta deste, outro que venha a substituí-lo;
- c) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, a serem cobertas pela EMISSORA;
- d) Todas as despesas com procedimentos legais inclusive administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela

Curitiba 13 OUT 2003

- ☐ Waldomiro Baptista Neto - Notário
- ☐ Milton Sene Baptista
- ☐ Irena Flores Borges
- ☐ Vera Maria Sene Baptista
- ☐ Hilda Sene
- ☐ Levaner Taciana Fronza
- ☐ Evanilda Neves de Souza
- ☐ Debora Elaine Feola

Certifico que o selo de
autenticidade de esta escritura
está anexado ao documento
original e este

EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta dias).

e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora, na mesma forma definida para as obrigações oriundas das DEBÊNTURES tratadas nesta escritura de emissão;

f) As parcelas serão acrescidas dos seguintes Impostos : ISS (Impostos sobre serviços de quaisquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

V.3 - A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:

a) nos casos de vacância, mediante nomeação pela EMISSORA e aditamento à presente escritura;

b) é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das DEBÊNTURES no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;

c) a substituição não implicará em remuneração superior à ora avençada. O AGENTE FIDUCIÁRIO substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma da alínea " r " do parágrafo seguinte.

V.4 - São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo o homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a distribuição, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento

e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos sanando as lacunas e

Curitiba 13 OUT 2003

- ☐ Waldomiro Baptista Neto - Notário
- ☐ Milton Sene Baptista
- ☐ Irone Flores Borges
- ☐ Vera Maria Sene Baptista
- ☐ Hulda Sene
- ☐ Leysier Taciara Tronza
- ☐ Evanilda Nery de Souza
- ☐ Debora Ester Feola

so do
afixado
do docu
à parte

irregularidade porventura neles existentes neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA.

i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na empresa;

j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deve efetuar suas publicações;

l) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que foram solicitadas;

m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos de artigo 68, parágrafo primeiro, alínea b da lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa;

m.4) posição da distribuição ou colocação das DEBÊNTURES no mesmo mercado;

m.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das DEBÊNTURES realizados no período, bem como aquisição e vendas de DEBÊNTURES efetuadas pela EMISSORA;

m.6) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for caso;

m.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de DEBÊNTURES, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

m.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

m.9) cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA na escritura de emissão;

m.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

NOTA SE AVALIA
DO LUPO
DE BARCELONA

Carilho 13 OUT 2003

☐ Waldomiro Baptista Neto - Notário
☐ Milton Sene Baptista
☐ Irana Flores Borges
☐ Vera Múria Sene Baptista
☐ Hilda Sene
☐ Leysaer Taciana França
☐ Evamilda Neves de Souza
☐ Debora Ester Paola

Este documento foi afixado
em 13/10/2003 ao livro
de registro da parte

n) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da EMISSORA;

n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3) na CVM;

n.4) nas Bolsas de Valores, quando for caso; e

n.5) na instituição que liderou a colocação das DEBÊNTURES.

o) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "n";

p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;

q) coordenar o sorteio das DEBÊNTURES a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às DEBÊNTURES resgatadas;

r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura de emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

s) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na escritura de emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

s.1) à CVM;

s.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;

s.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

VI - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

VI.1 - Os titulares das DEBÊNTURES previstas nesta escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas;

VI.2 - A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação e pela CVM;

VI.3 - Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei 6.404, de 15/12/1976, sobre a Assembléia Geral de Acionistas;

VI.4 - A Assembléia convocada em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número;

SERVENTIA DISTRICTAL

13 OUT 2003

13 OUT 2003

13 OUT 2003

13 OUT 2003

13 OUT 2003

13 OUT 2003

13 OUT 2003

13 OUT 2003

13 OUT 2003

13 OUT 2003

Carta que o selo de
AUTENTICIDADE foi afixado
na última folha do docu-
mento entregue à parte

VI.6 - O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Barueri, 02 de maio de 1996

SE ANEXOS
LUPO
ACQUER - SP

CCF BRASIL LEASING
ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

Paulo Espindola

002-A

TESTEMUNHAS :

Jose M. Chicarent
003-A

APORTE DISTRIB. TÍTULOS
VALS. MOBILIÁRIOS LTDA

120 SERVICO NOTARIAL - HOMERO SANTI - TABELIAO
Al. Santos, 1470 - Fone: 288-6277 Nº 980522145012
Reconheço por semelhança as firmas: PAULO ESPINDOLA, JOSE MARCOS CHI
CARONI, as quais conferem com os papíres depositados no Cartório.
São Paulo, 22 de Maio de 1996
Em testemunho da verdade.
Duice Bernardes Perico - Esc. Autorizada
Haber: R\$ 8,76 | Prot. dados: R\$ 8,80 | Total: R\$ 1,52

129 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
AL. SANTOS, 1470
Duice Bernardes de Azevedo
Escritor de Autenticação do Cartório

☒ Curitiba 13
☒ Waldomiro R. ...
☒ Milton Sene Baptista
☒ Irene Flo reu Borges
☒ Vera Maria Sene ...
☒ Hilda Sene
☒ Leysner Tacianna Fronza
☒ Evamilda Neves de Souza
☒ Debora Ester Foga

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE BARUERI - SP

DEL. GERALDO LUPO
OFICIAL

REGISTRO

4484

FICHA

001

LIVRO N. 3 — REGISTRO AUXILIAR

Barueri, 22 de julho de 1996.

EMISSION DE DEBENTURES

Emitente: CCF BRASIL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A, com sede nesta cidade de Barueri-SP, à Alameda Rio Negro, nº 433, 2º andar, sala 2, Alphaville, inscrita no CGC/MF nº 34.262.972/0001-76.- Agente Fiduciário: APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com sede na Cidade de São Paulo, à Rua do Tesouro, nº 47, 3º andar, inscrita no CGC/MF sob o nº 62.090.873/0001-90.- Da autorização: As debêntures nominativas, não endossáveis e não conversíveis em ações, objeto deste instrumento (doravante designadas simplesmente as DEBENTURES), serão emitidas a partir de deliberação específica nesse sentido havida na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 29/04/1996, devidamente registrada na JUCESP sob o nº 76.791/96-B.- Do registro na Comissão de Valores Mobiliário: A segunda emissão de debêntures da Emissora, será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs 6.385, de 07/12/1976 e 6.404 de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.- DA EMISSÃO: A emissão das debêntures serão observadas as seguintes condições e características: Colocação e Procedimento: O lançamento será público, com a intermediação de Instituição(ões) Financeira(s), para negociação no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.- Quantidade e Valor Nominal: A emissão será de 200.000 (duzentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais).- Valor da Emissão: Em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, o limite de emissão foi fixado pela Assembleia Geral Extraordinária de 29/04/1996, como sendo o montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), remunerados na forma da cláusula III.11.- Séries: A emissão será realizada em uma única série.- Negociação: A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA, e operado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CCLF, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 52/88.- Forma: As debêntures serão emitidas em forma de cópia autêntica do original, dou fé.

(continua no verso)

Curtida 13 OUT 2009

- ☐ Waldomiro Baptista Neto - Notário
- ☐ Milton Sene Baptista
- ☐ Irene Flores Borges
- ☐ Vera Maria Sene Baptista
- ☐ Hilda Sene
- ☐ Leysner Taciana Fronza
- ☐ Klenilda Neves de Souza
- ☐ Debora Ester Feola

RECEBIDOS
DO LUPPO
DE BARUERI - SP

-continuação da ficha 01-

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE BARUERI - SP

Bel. GERALDO LUPU

OFICIAL

REGISTRO

4484

FICHA

002

LIVRO N.3 - REGISTRO AUXILIAR

Barueri, 22 de julho de 1996.

não farão jus a recebimento de prêmio durante o período de 03/05/1996 a 03/05/1999. - Na data da primeira repactuação, em 03/05/1999, a Emissora definirá o pagamento ou não de prêmio. - Juros Moratórios: Ocorrendo impontuabilidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso da Emissora, sem prejuízo da remuneração devida às debêntures, ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. - Local de pagamento: Os pagamentos referentes as Debêntures, objeto da emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da Emissora, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema. - Dos demais documentos: requerimento datado de 11/06/1996, devidamente assinado, e com firma reconhecida, solicitando o registro do instrumento de emissão de debêntures, exemplares do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do Jornal O Estado de São Paulo, edições do dia 31 de maio de 1996, onde foi publicada a ata da AGE realizada em 29/04/1996, e cópias reprográficas autenticadas dos estatutos social da Emissora e do Agente Fiduciário. -

O escrevente autorizado Maurício (Maurício Carvalho Lima)

O Substituto, Bel. Geraldo Lupo Junior (Bel. Geraldo Lupo Junior)

Protocolo microfilme nº 158.016

Rolo 2.128

IN

* 1º TABELIONATO DE NOTAS E ANEXOS *

* DE BARUERI-SP *

* CERTIDÃO: Certificado e dou fé, que a/ *

* presente cópia é reprodução autênti- *

* ca da ficha a que se refere, extraí- *

* da por processo reprográfico, nos -- *

* termos do Artº 19, parágrafo 1º da - *

* Lei nº 6015/73. - *

* Barueri, 22/07/1996. *

* *

* *

* Bel. Geraldo Lupo Junior *

* Substituto *

SERVENTIA DISTRICTAL
DO BOQUEIRÃO

CURTIDA WED PARANÁ
A presente fotocópia é reprodu-
ção autêntica do original, dou fé.

Curitiba 13/07/1996

Waldomiro B...
Milton Sane B...
Irene Pin ros B...
Vera Maria Sane B...
Hilda Sane B...
Leysser Taciana B...
Evanilda Neves de Souza
Debora Ester Paula